

Rede, híbrido, não-humano: o Programa Bolsa Família em perspectiva

Guilherme de Matos Floriano

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP¹

guilherme.mfloriano@hotmail.com

Renata Medeiros Paoliello

Professora do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da UNESP²

reluz.8@uol.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise, a partir dos resultados de uma pesquisa etnográfica em um Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Araraquara-SP, sobre os efeitos econômicos e sociais em escala maior, do trabalho na ponta, miúdo, da agência incumbida da efetivação do Programa Bolsa Família. Entende-se que esta pesquisa se viabilizou por uma abordagem latouriana do contexto de implementação do Programa: enquanto rede híbrida. O que se procurou foi seguir o rastro dos actantes e simetrizar sua perspectiva, supondo-se tomar um caminho ainda inexplorado nas pesquisas sobre o Programa, e contribuir assim para o entendimento de sua eficácia, limites e desdobramentos políticos.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; rede; híbrido; não-humano.

1 Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia Contemporânea (GEPAC).

2 Na Faculdade de Ciências e Letras no *campus* Araraquara, e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma instituição. Doutora em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo. Co-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia Contemporânea (GEPAC). Membro do Núcleo de Antropologia do Direito (NADIR) da FFLCH/USP.

Abstract

The objective of this article is to present an analysis, based on the results of an ethnographic research at a Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) of Araraquara-SP, on the economic and social effects on a larger scale, of the work at the tip, tiny, of the agency in charge of making the Bolsa Família Program effective. It is understood that this research was made possible by a Latourian approach to the context of implementation of the Program: as a hybrid network. What was sought was to follow the trail of the actors and to symmetrize their perspective, supposing to take a path that is still unexplored in the research on the Program, and thus contribute to the understanding of its effectiveness, limits and political developments.

Key-words: Bolsa Família Program; net; hybrid; non-human.

Introdução

A pesquisa da qual o presente artigo faz parte se originou de um interesse muito conhecido e discutido no Brasil: o Programa Bolsa Família (PBF). De modo geral, percebeu-se uma lacuna no debate acerca do PBF no âmbito da antropologia, mais especificamente a partir das noções de simetria e rede de Bruno Latour (2012; 2013). É nesta lacuna que a pesquisa, e este artigo, buscam adentrar.

Como se verá, a maior parte dos estudos sobre o PBF tem como objetivo uma análise do impacto de suas condicionalidades de educação e saúde nos beneficiários da política (Cavalcanti, Costa & Silva 2013; Freire et al. 2013; Amaral & Monteiro 2013; Almeida, Almeida & Ferrante 2015; Wolf & Barros 2014). Outros estudos, por sua vez, privilegiam o fato de as próprias condicionalidades se constituírem enquanto uma novidade no âmbito das políticas de transferência de renda (Zimmermann & Espínola 2015).

O mais profundo, e longo, estudo é o de Rego & Pinzani (2013), entrevistando cerca de 150 mulheres beneficiárias do PBF em cinco regiões de vulnerabilidade social no interior do Brasil. Ainda assim, tal estudo tem como base teórico-metodológica a teoria crítica, não privilegiando, também, olhar para o desenho institucional e as implicações no interior do programa. É neste sentido, também, que a proposta latouriana foi vislumbrada como promissora, por não ter sido ainda abordada e possibilitar novas reflexões.

Neste sentido, o que se buscou fazer foi delimitar um Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) no município de Araraquara-SP como lócus empírico e aplicar o conhecimento e a experiência dos outros para enriquecer nossos modelos de análise e

execução do Programa da pesquisa, por ser este o espaço no qual as políticas públicas de assistência social “acontecem”, no sentido em que é o lugar de encontro entre o Estado e as beneficiárias das políticas assistenciais; portanto, este é um local favorável para notar as implicações da agência e, para isto, a compreensão em rede entra em ação.

É importante destacar que todos os estudos levantados nesta pesquisa também não levaram em conta a importância do CRAS e, tampouco, desenvolveram etnografias neste espaço. Para que possamos ter uma compreensão mais ampla das implicações da agência (Latour 2013) do PBF, portanto, faz-se necessário compreendê-lo em rede. Refletir sobre as agências dos múltiplos atores e *actantes* do PBF permite-nos inserir os não-humanos na reflexão do programa e, por fim, da sociedade em geral. Para isso, o olhar em rede se configura como a maneira mais adequada para atingir tal objetivo. O que se cumpre, portanto, é uma busca pela ampliação do olhar acerca do PBF, inserir os sistemas informatizados, os programas, os dados socioeconômicos como atores importantes com notável agência na configuração do programa. Desenvolvemos, então, uma etnografia que contemple tanto os que estão “dentro” quanto os que estão “fora” do Estado. Só assim poderemos atualizar a rede de atores presente na política e ampliar nossa compreensão.

Para cumprir os objetivos aqui propostos, na primeira parte deste artigo trazemos uma breve discussão acerca da metodologia utilizada nesta pesquisa, apresentando os principais traços da perspectiva latouriana. Na segunda parte, buscamos apresentar o que é o Programa Bolsa Família, aproximando-o das noções de híbrido, não-humano e rede apresentadas na primeira seção. A terceira parte divide-se em mais duas: a primeira buscando trazer especificamente aspectos da etnografia desempenhada no referido CRAS, uma caracterização do Cadastro Único – banco de dados utilizado pelo programa – e de outros mecanismos que operam o programa; a segunda, por sua vez, trata das entrevistas e do mapeamento geral do perfil das beneficiárias com as quais o trabalho se desenvolveu na pesquisa original. A quarta e última parte, por fim, visa unir as pontas abertas: discutir brevemente o que foi apresentado “amarrando” as teorias latourianas e o trabalho de campo desenvolvido.

1. Rede, Híbrido, Não-humano: a metodologia

De maneira geral, o que se apresentará será parte da utilização de métodos etnográficos no estudo de sujeitos modernos (Latour 2014), desenvolvida com atores do Programa Bolsa Família entre os anos de 2016 e 2017. Assim sendo, descrevemos em rede o PBF (Latour 2012), respeitando os limites de um artigo.

Rede, aqui, é compreendida como o que nos auxilia a descrever sem que se repartam

os discursos (Latour 2012; 2006). Segundo Latour (2012), um bom texto atualiza a rede de atores traçando relações e, para que esta seja entendida, deve-se olhar para os atores (Latour 2002). Muitas dúvidas podem aparecer neste sentido, uma vez que grande parte dos trabalhos sobre PBF abordam-no em partes (repartindo os discursos³). Aqui, buscamos apreender como funciona o programa na prática, sobretudo como os atores se envolvem dentro do espaço de operacionalização desta política – lembrando que é no CRAS que operam as políticas de assistência social e, portanto, o PBF.

Sendo o método aqui o lápis que desenha, mais do que aquilo que é escrito (Latour 2006), buscamos trazer o que acontece dentro do CRAS em questão, bem como algumas percepções de atores tanto do lado de “dentro” quanto do lado de “fora” do Estado, o que, em nosso entendimento, amplia a rede na medida em que envolve atores muitas vezes negligenciados em pesquisas sobre o PBF – funcionários dos CRAS e as chamadas reuniões de grupo, por exemplo, que são encontros normalmente semanais entre assistentes sociais e beneficiárias (em sua maioria, mulheres) no espaço do CRAS para o desenvolvimento de diversas atividades lúdicas e discussões. E, entretanto, os fatos descritos não deixam de alterar o que se desenha: compreendemos que esta maneira de ver amplia a percepção sobre o programa de modo que este se constitua como um híbrido: fato, discurso e poder (Latour 2013).

Como discurso, vimos ao longo de muitos anos as discussões políticas que buscaram legitimar e referendar o programa – dados oficiais foram constantemente apresentados em plataformas do governo federal sobre seus impactos na queda de mortalidade infantil e da mortalidade na infância; na quantidade de beneficiários que trabalham; na redução da pobreza; na saída espontânea de famílias do programa por saírem da pobreza;⁴ na saída do Brasil do mapa da fome da ONU⁵; além dos diversos discursos televisivos⁶.

Como poder, percebemos nos relatos anteriormente apresentados a maneira pela qual o programa é coletivo. Chegou a abranger 50 milhões de pessoas no país todo, tendo chegado (com reduções) a 13 milhões de famílias em 2017⁷. Muitas mulheres que

3 Para Latour (2013), repartir os discursos é atitude característica da ciência moderna. Segundo ele, o conhecimento moderno só se mantém inteligível desde que cada ciência e cada objeto permaneça separado, repartido. O que devemos fazer, portanto, é unir os atores, actantes e perceber as agências no interior da sociedade de maneira diversa, sem repartir os discursos e as ciências, no limite.

4 <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/bolsa-familia-75-4-dos-beneficiarios-estao-trabalhando>. Acessado em 27.mar.17.

5 <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>. Acessado em 28.mar.17.

6 Como os debates eleitorais, por exemplo.

7 <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/02/mesmo-com-crise-bolsa-familia-reduz-485-mil-beneficiarios-em-3-anos.htm>. Acessado em 27.mar.17.

frequentam o CRAS demonstraram interesse em ser beneficiárias do programa, como visto. Além disso, vemos o poder na forma como as beneficiárias afirmam gastar o dinheiro advindo do PBF: com materiais escolares, comida, lanche, com os filhos.

É rede, na medida em que passa pela ciência, pela sociedade e pelo discurso, ao mesmo tempo – real, coletiva e discursiva (Latour 2013). É social, portanto, nos termos de Latour (2012), que, por sua vez, é social para Tarde (2011): trata-se de uma série de associações entre elementos heterogêneos além dos próprios humanos. O PBF foi uma das principais políticas sociais dos governos petistas, um dos carros chefes do início do governo Lula após as readequações efetuadas no Fome Zero (Rocha 2013). Isto posto, foi o PBF um dos principais propulsores do Sistema Único de Assistência Social e dos CRAS. Cadernos de preenchimento, computadores, arquivos, prédios dos CRAS, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, gestores, informações, cartões, dinheiro etc. Estes são alguns dos atores e *actantes*⁸ (Latour 2013) que constituem o programa. Desta feita, o Bolsa Família, neste estudo, é social por reunir inúmeros elementos humanos e não-humanos constituindo uma associação, uma composição que cumpre uma aliança que está sempre em atualização (Latour 2014).

Assim sendo, a etnografia – ou parte dela – consiste no primeiro dos passos para um estudo mais abrangente do PBF como rede – como se tentou fazer na pesquisa que este artigo integra. Primeiro parte-se da ação para seguir o curso da obra, que deve ser considerada em sua completude (Latour 2016). Ou seja, para além deste caso “prático” do programa, cumpre olhar para seus dados oficiais, discursos, estudos em diversas áreas, análise de documentos, instituições de financiamento das pesquisas etc., como buscamos dar continuidade na pesquisa que está em curso.

Colocando todas as relações quanto possíveis em rede (Latour 1995), conseguimos captar grande quantidade de atores envolvidos nela. Buscamos revelar alguns dos atores que não são levados em conta em estudos não simétricos sobre o PBF: desde os funcionários do CRAS, até as beneficiárias, as matérias e atividades em grupo. Ao longo da pesquisa, consideramos ainda os estudos sobre o programa, os dados oficiais, os programas informacionais utilizados, os dados coletados pelos gestores, entre outros.

Estes grupos reforçam a afirmação de Latour (2012) de que não há agrupamento sem reagrupamento, pois estão em constante reformulação na medida em que beneficiários novos podem ser inseridos e beneficiários antigos podem ser retirados do programa a “qualquer” momento. A rede suprime a divisão entre o micro e o macro: a sobreposição de atores em uma rede acaba por caracterizar uma amplitude maior dela, no fim das

8 Utilizaremos o termo *actantes* para designar aqueles seres não-humanos que possuem agência, ou seja, que geram influências e/ou alterações diversas na sociedade – ou no PBF, neste caso.

contas, de acordo com a quantidade de atores em relação. As fronteiras destes atores, *actantes* – agentes – são finais provisórios, pois sempre se atualizam e modificam a partir da expansão de seu conteúdo (Latour *et al.* 2015). Por isso, as conexões são fluidos em circulação – fluidez no sentido de mudança, transformação e movimento constante.

2. O PBF: quase-objeto, quase-humano, ator

Instituído em 2004, o PBF pretendia incorporar os programas de transferência de renda já existentes e se diferenciava deles em alguns aspectos. Os parâmetros de renda agora são dois: famílias extremamente pobres são aquelas com renda per capita inferior a R\$50; famílias pobres são as com renda per capita entre R\$50 e R\$100. Segundo Rocha (2013), por melhorar a focalização e privilegiar as famílias com crianças, como nos outros programas criados na era Cardoso (1994-2002), o PBF tem maior impacto na pobreza extrema, sobretudo nas populações indigentes viventes nas áreas rurais do Norte e Nordeste.

Hoje, os valores do Bolsa Família foram atualizados, de modo que as famílias que possuem renda per capita abaixo de R\$89 são as consideradas em extrema pobreza e as que possuem renda per capita entre R\$89,01 e R\$178 são consideradas em condição de pobreza. Os benefícios pagos pelo programa também foram alterados ao longo do tempo, sendo que hoje (2020) existem alguns cujo recebimento pela família depende de sua composição e renda. Para que se recebam os benefícios, existem condições herdadas dos programas que aqui foram unificados – as condicionalidades –, atreladas à educação e à saúde, como outrora. As crianças de até 15 anos devem ter frequência escolar de, no mínimo, 85%, ao passo que os adolescentes entre 16 e 17 anos devem ter 75% como frequência mínima; quanto à saúde, as gestantes devem fazer as consultas de pré-natal e acompanhar a saúde e a vacinação do bebê, as mulheres de até 44 anos também devem estar com seu acompanhamento de saúde em dia; e o Cadastro Único deve ser atualizado a cada dois anos no máximo, mas preferencialmente a cada nova alteração na família, relacionada a membros, endereço etc.

Temos muitos estudos sobre o programa, e muitos privilegiam olhar, sobretudo, para os impactos de suas condicionalidades na saúde, na educação e até mesmo para a especificidade das condicionalidades – que marcam um ponto novo nas políticas de transferência de renda, segundo alguns autores (Zimmermann 2006). A insegurança alimentar é constatada enquanto um fato dentre as populações beneficiárias do PBF, até porque essa população habita regiões periféricas das cidades e do país. Em um estudo específico, 71,28% da população de Rio Verde (GO) apresenta algum grau de insegurança

alimentar (Almeida, Almeida & Ferrante 2015). O sobrepeso entre as crianças de famílias beneficiárias também é uma realidade, como apontam Wolf & Barros (2014). Carmo *et al.* (2016) afirmam que, entre as crianças em idade escolar, prevalece o excesso de peso e hábitos alimentares inadequados, de modo que existe a necessidade de promoção da alimentação saudável visando evitar doenças crônicas.

A maioria dos estudos na área dos impactos do PBF na educação aponta para a diminuição da evasão e o aumento da frequência escolar por parte de alunos que pertencem a famílias beneficiárias em relação às famílias que não o são (Cavalcanti, Costa & Silva 2013; Freire *et al.* 2013; Amaral & Monteiro 2013). Melo e Duarte (2010) apresentam dados que comprovam o aumento da frequência escolar de jovens beneficiários em quatro estados do nordeste brasileiro. Freire *et al.* (2013) também chamam atenção para um fato: a condicionalidade pode ficar restrita em si mesma e não ampliar o desempenho dos alunos no espaço escolar.

O fato de existirem condicionalidades, uma inovação nas políticas de transferência de renda do Brasil, gera algumas controvérsias por supostamente criar uma “clientela” (Senna *et al.* 2007), além do fato de a geração de emprego e renda ainda ser baixa. As transferências, embora necessárias no combate à pobreza, ainda são de valor monetário reduzido e as condicionalidades não deveriam existir, de acordo com Zimmermann (2006). Tais condições para recebimento do benefício podem ter um caráter punitivo para os beneficiários, ao passo que não o têm para o Estado, ou seja, este não é punido pela falta de serviços ou pela baixa qualidade destes (Zimmermann & Espinola 2015). As condicionalidades indicam condições de vulnerabilidade, e isso reforça ainda mais a necessidade de maiores investimentos em educação e saúde, principalmente, segundo Licio, Mesquita & Currello (2011).

Marques *et al.* (2009) destacam que a reeleição de Lula, em 2006, foi, sem dúvidas, influenciada pelo PBF. Moura (2007), ainda nesta questão, argumenta que o programa se constitui enquanto um “marketing político” na medida em que aparece enquanto elemento simbólico da campanha eleitoral de 2006. Segundo Soares e Terron (2008), houve, de fato, uma alteração na base eleitoral de Lula na sua reeleição, com relação a sua eleição em 2002. Kerstenetzky (2009), por outro lado, afirma não existirem evidências do uso clientelista da política, nem mesmo de seu uso enquanto marketing devido à alta transparência do programa.

Embora a renda não supra todas as suas necessidades, segundo as famílias estudadas por Santos *et al.* (2014), ela gera mais autonomia na medida em que configura aumento do poder de compra, independência, e eles próprios afirmam a importância que o PBF tem

no complemento de sua renda, reiterando os efeitos positivos que as condicionalidades tiveram em suas vidas, como o aumento da frequência escolar e às instituições de saúde.

Para Passos e Waltenberg (2016), o programa reforça os papéis tradicionais de gênero pelo fato de as mulheres beneficiárias dedicarem mais tempo ao cuidado familiar e aos afazeres domésticos que as mulheres que não são beneficiárias. As mulheres negras também não foram inseridas de forma equitativa no mercado de trabalho e continuam a exercer outras atividades concorrentes (Mariano & Carloto 2013). Pires (2012) fica no meio termo: não se separam, de um lado, as possibilidades de ganho proporcionadas pelo ingresso no programa, e, de outro, o reforço dos papéis tradicionais de gênero, maternagem, cuidados domésticos, dentre outros. Entretanto, todos os artigos concordam que o programa melhora a vida das mulheres beneficiárias – elas decidem como gastar o dinheiro.

Rego & Pinzani (2013) anunciam o lado positivo da titularidade feminina do cartão, em consonância com o exposto. As mulheres se afirmam enquanto “chefes” de família, responsáveis pela economia doméstica e, ao contrário do que colocaram as pesquisas anteriores, estes fatos não foram vistos por Rego e Pinzani (2013) como expressão de papéis sociais tradicionais, mas como um compromisso de responsabilidade com seus filhos, o que os autores definem como autonomia moral. Eles destacam, inclusive, que algumas das mulheres alvo de seu estudo tomaram a decisão de se divorciar dos maridos por conta da autonomia que o benefício lhes proporcionou. Apenas 2 das 150 entrevistadas pelos pesquisadores abriram mão de trabalhar para viver do Bolsa Família, e 90% delas disseram ser melhor o cartão estar em seus nomes.

Para 75% destas mulheres, o PBF é um favor, e apenas 5 mulheres falam em “direito”. Fora isso, a certeza da regularidade do dinheiro (Rego & Pinzani 2013) é um fator que cumpre papel extremamente importante, uma vez que garante às famílias a aquisição de bens básicos e alimentos necessários à sua sobrevivência.

Houve grandes dificuldades enfrentadas pelo PBF, como a não existência de uma rede assistencial a nível nacional na qual o programa pudesse se ancorar, como nos casos do Bolsa Escola que se apoiava nas escolas e secretarias de educação, e o Bolsa Alimentação, apoiado nos postos e secretarias de saúde. Mas, ancorado nessa centralidade que a redistribuição de renda ganha no governo Lula, cria-se uma rede de assistência social que passa a contar com Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) descentralizados, responsáveis por gerir o PBF e toda a política de assistência social em regiões de alta vulnerabilidade, oferecendo oficinas musicais e artesanais, atividades em grupo e atendimento familiar; e este equipamento dispõe de pessoal especializado, de capital humano – reflexo do investimento de recursos.

É no CRAS que as famílias entram em contato com os programas sociais do Estado, têm atendimento básico, além de acompanhamento psicológico e demais encaminhamentos. É nesse sentido que o CRAS se constitui enquanto o local de referência da proteção social no Brasil, e é por isso que se configura como meio privilegiado para os olhares sobre a assistência social em variados âmbitos, sobretudo no municipal. Por isto, ele também é parte crucial para se compreender o PBF na chave da rede latouriana.

3. Olhando em rede

De imediato, podemos perceber, a partir dos estudos reportados no item anterior, que não se pode compreender a agência do programa sem o desenvolvimento de uma perspectiva que privilegie a rede construída pelo PBF, e sem que se perceba, simetricamente, todos os *actantes* (Latour 2013) que constituem tal rede. Para cumprir tal objetivo, buscamos apreender como se dá a prática do PBF no CRAS e buscamos, também, apreender quais as diversas percepções que permeiam a prática do programa – através da etnografia e de entrevistas com funcionários do CRAS, com o psicólogo, assistentes sociais, agentes administrativos, e com algumas beneficiárias.

Antes de o Bolsa Família ser constituído como ele o é atualmente, os programas assistenciais de Fernando Henrique Cardoso eram divididos, e tinham seus espaços de referência também separados: o Bolsa Escola tinha a escola e as secretarias de educação como referência; e o Bolsa Alimentação tinha os postos de saúde e as secretarias de saúde como referência. Com a centralização destes – e outros – programas no PBF, ainda no início do primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), também se criam os CRAS como espaços de referência para toda a política de assistência social no país. Percebemos, desde já, a extrema relevância do CRAS como *actante* constituinte da rede (Latour 2012) que constitui o agregado social Bolsa Família.

3.1 CRAS e Cadastro Único

No município de Araraquara-SP, existem, atualmente, 10 CRAS atendendo a uma população de, aproximadamente, 230 mil habitantes⁹. Cada CRAS atende a um conjunto específico de bairros, e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) atende os bairros não cobertos pelos CRAS. O estudo destacou um CRAS, localizado no bairro Maria Luiza, alguns funcionários deste espaço, o gestor do Bolsa Família no município, uma funcionária do extinto Ministério do Desenvolvimento Social

9 Segundo o IBGE cidades: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350320&search=sao-paulo|araraquara>.

e Combate à Fome (MDS), e algumas beneficiárias. Atentamos, também, para alguns programas e sistemas utilizados na constituição do PBF, dentre eles o Cadastro Único – plataforma na qual toda a população com renda per capita de até meio salário mínimo é inscrita, e que é interseccionada por todos os mais variados bancos de dados públicos. Atentemos, ainda, para o fato de que nenhum dos estudos apresentados anteriormente levaram em conta o Cadastro Único – assim como o CRAS – como agente fundamental na constituição do PBF.

Em 2016, Araraquara contabilizava 10.456 famílias inscritas no Cadastro Único, compostas por 32.526 pessoas, sendo 3.321 beneficiárias do Bolsa Família, recebendo em média, pelo PBF, R\$13810, e tendo o município recebido R\$6 milhões em repasse do Governo Federal¹¹. Dos cadastros araraquarenses naquele ano, 49% da população tinha renda per capita entre R\$154,01 e R\$394,00, 13% tinha renda abaixo de R\$77,00 e 24% tinha renda entre R\$77,01 e R\$154. Os parâmetros de renda do PBF ainda consistiam em considerar como situação de extrema pobreza a daqueles com renda per capita abaixo de R\$77, e em condição de pobreza aqueles com renda per capita entre R\$77,01 e R\$154.

Tais números nos mostram que 37% dos inscritos no Cadastro Único são potenciais beneficiários do PBF, ao passo que os beneficiários, de fato, constituem aproximadamente 32% das famílias. Entre todos os entrevistados desta pesquisa, nenhum conhecia ou sabia informar como opera o banco de dados do Cadastro Único para a seleção de próximos beneficiários. Neste sentido, existem pessoas que levam muitos meses para se tornar beneficiárias, e outras que, logo que o cadastro se torna ativo no sistema, já passam a receber o benefício. Faz-se notável, portanto, como tal banco de dados é um importante *actante* no seio do programa, uma vez que influencia diretamente a maneira pela qual o benefício será implementado, a própria distribuição do benefício e como isso afetará – ou não – a vida destas famílias.

A noção de família aceita pelo programa é bastante ampla, sendo esta constituída por quaisquer pessoas que habitem em uma mesma casa e dividam os gastos e custos com a mesma, ou que sejam dependentes de pessoas que morem também nesta casa.¹² Em Araraquara, as famílias compostas por 2 membros constituem 24,3% das cadastradas, as compostas por 3 membros constituem 27,7% e as compostas por 4 membros constituem

10 Neste mesmo ano, o benefício médio do PBF no país era de R\$182 de acordo com <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/02/mesmo-com-crise-bolsa-familia-reduz-485-mil-beneficiarios-em-3-anos.htm>. Acessado em 27.mar. 2017.

11 Todos estes dados foram obtidos em trabalho de campo efetuado no CRAS do bairro Maria Luiza em Araraquara-SP nos anos de 2016 e 2017.

12 http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/informe362.pdf. Acessado em 21 dez. 2017.

20,2%. Assim, a média de filhos das famílias, no Cadastro Único, em Araraquara, é de 3,1. Quase 100% destas famílias habitam a zona urbana e lares particulares permanentes.

De maneira geral, o Cadastro Único proporciona um mapeamento da população de um bairro/região/município. Ele permite uma visão mais ampla acerca da parcela vulnerável da população e possibilita aos municípios desenvolver políticas públicas com melhor focalização, além da geração de dados, relatórios, acompanhamento de condicionalidades etc. Importante a ser destacado é que o MDS acompanhava a qualidade dos preenchimentos do Cadastro Único feito pelos municípios e, através deste acompanhamento, transferia maior ou menor quantidade de renda aos municípios através do chamado Índice de Gestão Descentralizada (IGD).

O IGD foi concebido como uma forma de atribuir maior responsabilidade aos municípios na medida em que um melhor cadastramento resulta em um maior repasse de verbas para a compra de materiais de uso permanente para a SMADS e para os CRAS – a renda vinda do IGD é destinada exclusivamente para este fim. Com isto, buscava-se, também, ampliar as ações de busca ativa, defasadas até a criação do IGD:

Um dos mecanismos para viabilizar esse objetivo foi a alteração nos repasses de recursos de apoio a municípios e estados para gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Houve, primeiramente, uma forte ampliação do volume de recursos repassados. Mas também houve mudanças na fórmula de cálculo dos repasses, que passou a considerar não somente as famílias beneficiárias do Programa, mas todas aquelas inscritas no Cadastro Único com renda de até meio salário mínimo mensal per capita. Os repasses dos recursos do IGD são feitos por meio do Fundo Nacional de Assistência Social. O Índice mede o despenho dos municípios, estados e do Distrito Federal no alcance dos resultados relativos às atividades de cadastramento e atualização cadastral e de acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação do Programa Bolsa Família. O resultado alcançado pelos entes federados determina o montante de recursos a ser transferido mensalmente (Paiva *et al.* 2014: 367).

Neste sentido, cabe salientar que os recursos transferidos ao Bolsa Família advêm diretamente dos recursos da União, intermediada pela Caixa Econômica Federal. Os beneficiários possuem um cartão da CAIXA pelo qual recebem mensalmente seus benefícios.

Em Araraquara, as ações de busca ativa são feitas pelos educadores sociais de cada bairro. Estas consistem em identificar famílias em situação de vulnerabilidade

nos bairros, efetuar o cadastramento da população ainda não cadastrada, acompanhar o descumprimento de condicionalidades, entre outras ações. No CRAS do Maria Luiza, as ações de busca ativa em 2016 se basearam em visitas domiciliares, telefonemas, disponibilização de listas, envio de correspondências etc. Dessas ações, os principais objetivos foram: identificar as famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF (34 de 134 casos); incluir famílias no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (25 de 134); identificar famílias em vulnerabilidade (24 de 134); verificar os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (22 de 134); e atualizar o Cadastro Único (18 de 134).

Podemos, portanto, perceber a dimensão de centralidade do Bolsa Família nas ações de busca ativa com os dados apontados acima. Algo imprescindível a ser destacado é que destas ações de acompanhamento de descumprimento de condicionalidades, todos os descumprimentos foram das condicionalidades de educação. O que o trabalho de campo nos revelou foi que tal fato se dá porque o cruzamento de dados do MDS com a educação é feito bimestralmente, ao passo que o cruzamento com a saúde é semestral. Outro dado relevante apontado por uma das entrevistadas do lado de “dentro” do programa foi que a porcentagem de frequência escolar mínima exigida para os jovens entre 15 e 17 anos é menor (75%) que para os jovens abaixo de 15 anos; e o valor do benefício transferido por estes jovens é maior. Segundo nossa entrevistada, isto foi efetivado pois o abandono escolar entre jovens de idade mais avançada é mais elevado – mesmo que seu rendimento venha a ser maior no ensino médio, caso ele tenha sido beneficiário do PBF ainda no ensino fundamental. Nenhuma das pesquisas e artigos consultados apontou tal fato como relevante para a rede e a constituição da agência dos elementos e do próprio PBF. Entretanto, isto é extremamente relevante para nossa reflexão, uma vez que esta intersecção entre a assistência e a saúde também é crucial para a compreensão da rede do PBF.

A perspectiva em rede chama atenção, portanto, para o fato de que o Bolsa Família envolve muito mais que a transferência de renda com a contrapartida do cumprimento de condicionalidades. O Cadastro Único, como percebemos, constitui-se como um agente de extrema importância na rede do PBF. Se por algum motivo, algum dia, ele vier a ter um pequeno problema e, por isso, beneficiários deixarem de receber seus benefícios, o impacto social será de grande relevância tanto para os comerciantes locais e de bairro – como apontam Rego & Pinzani (2013), estes se beneficiam muito do PBF também – quanto, principalmente, as próprias famílias beneficiárias.

A concepção do PBF em rede também é a única que nos permite perceber as

imbricações dos agentes – na construção desta rede, inclusive – que vêm se delineando aqui: MDS, CRAS, Cadastro Único, IGD, benefícios, beneficiárias. Com o IGD, os CRAS podem se estruturar materialmente. Em 2016, o CRAS do Maria Luiza era um dos únicos em Araraquara que seguia os padrões estruturais sugeridos pelo MDS – esse foi, inclusive, um dos motivos da escolha de se efetivar a etnografia em tal local. Hoje, são cerca de 4 CRAS no município com esta mesma estrutura. Os computadores, impressoras, material de escritório, equipamentos para o desenvolvimento de atividades nos CRAS (como instrumentos, brinquedos etc.), são todos adquiridos através dos recursos vindos do IGD. E como não perceber que estes também são fundamentais na rede do PBF? Se nos recordarmos do que diz Latour (2016), só percebemos a agência dos computadores em nossos trabalhos quando estes apresentam alguma falha ou pane que inviabiliza a efetivação daqueles. E pensando o CRAS como o lócus empírico por excelência da efetivação do PBF – e de outras políticas assistenciais, por óbvio –, não podemos cometer o erro de olhar para a rede sociotécnica sem perceber os mínimos atores nela presentes, e muitos outros atores que ainda possam ser percebidos com maiores desdobramentos.

3.2 As beneficiárias e os grupos

Nas interações imediatas entre a população e os agentes do CRAS, colocam-se aquelas entre a recepção do CRAS e os cidadãos. Na pesquisa de campo realizada, acompanhou-se o preenchimento e/ou atualização do Cadastro Único – a chamada CAD ou RECAD. Em uma destas ocasiões, um senhor que estava atualizando seus dados havia esquecido seu documento de identidade em casa, que não era distante do CRAS. A recepcionista, a mesma funcionária que preenchia o cadastro à mão, remarcou o RECAD do cidadão para outro dia.

As situações de CAD e RECAD são todas agendadas, para que a recepcionista consiga dar conta da demanda, que não é pequena. Em todo o caso, o procedimento adotado por ela de remarcar o RECAD ao invés de permitir que o senhor fosse até sua casa para buscar o documento e retornasse para continuar o preenchimento, não é um procedimento regimental imposto pelo MDS. Neste sentido, esta foi uma ação tomada pela funcionária do CRAS exclusivamente. Tal fato nos chama a atenção para como devemos dar atenção às minúcias presentes na efetivação do programa, desburocratizando-o. Cumpre, portanto, atrelar os discursos a seus autores (Latour 2016).

Os grupos, por sua vez, constituem um espaço privilegiado para se observar as interações entre assistentes sociais, terapeutas, psicólogos e as próprias beneficiárias moradoras do bairro. Existem grupos específicos para as crianças, de música, desenho,

“jogos e brincadeiras”, entre outros, de modo que os filhos das beneficiárias tenham um local seguro para permanecer enquanto as mães participam do grupo adulto. Também existem grupos voltados aos idosos, e específicos para beneficiários do Bolsa Família e do Renda Cidadã¹³.

Dentre os diversos tipos de atendimento prestados pelo CRAS, acompanhamos o grupo que envolvia mulheres beneficiárias¹⁴ do Renda e do Bolsa. Fato importante a ser destacado é que essas reuniões aconteciam semanalmente no período da manhã: uma tônica entre todas as mulheres que participavam das reuniões e eram beneficiárias é o desemprego, ao passo que seus maridos se ocupavam de trabalhos informais e temporários. Na primeira reunião de que participei, a conversa sobre o Bolsa Família, suscitada pela minha apresentação como pesquisador do programa, fez atrasar o começo da reunião: todas que não eram beneficiárias queriam sê-lo e saber quais os procedimentos que deveriam adotar para que o fossem.

De maneira geral, todas as mulheres presentes na reunião tinham – e apresentaram naquelas ocasiões – suas dificuldades relacionadas à vulnerabilidade social. Uma delas era beneficiária do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pois seu filho era Pessoa Com Deficiência; outra tinha acabado de perder o marido, e encontrava problemas para administrar seu pequeno empreendimento de venda de gás; outra comentava sobre a falta de dinheiro. O tema geral de uma das reuniões foi projeto de vida e, através das discussões, as mulheres puderam apresentar quais seriam seus projetos para o ano que se iniciava (2017). Uma delas destacou como 2016 havia sido importante por ter conseguido colocar portão em sua casa, e as expectativas para o ano que começava eram de continuar a deixar sua casa com “sua cara”, tanto quanto sonhava em tirar habilitação de motorista.

Em outras ocasiões, houve atividades voltadas à realização de desenhos e colagens em madeira, apresentação de vídeos e discussão sobre um tema geral, entre outras. Em todo o caso, as conversas e discussões, normalmente permeadas por problemas e situações da vida cotidiana, retomavam percepções e experiências de carência que remetiam ao tema da cidadania. Quando se relatava a falta de remédios no posto de saúde ou a falta de vaga na creche do bairro, a assistente social buscava, em todas as situações, destacar os direitos das mulheres em demandar à prefeitura, ou a outros órgãos competentes. Ela procurava,

13 Ao menos na época em que a pesquisa se desenvolveu, existia no Maria Luiza um grupo que reunia as beneficiárias dos dois programas (PBF e Renda Cidadã). O Renda Cidadã é um programa de transferência de renda a nível estadual, seguindo alguns moldes do PBF.

14 Cabe destacar que sempre nos referimos às beneficiárias, no feminino, pois, nas reuniões, todas as mulheres presentes eram do sexo feminino e, inclusive, há uma orientação para que todos os cadastros sejam feitos em seu nome – destacando-se, assim, os estudos já mencionados, que discutem os papéis de gênero no âmbito do PBF.

inclusive, esclarecer diversas dúvidas que surgiam a respeito do que deveria ou não deveria ter na “farmácia popular”, por exemplo. E eram costumeiramente apresentados e divulgados, às mulheres, cursos diversos, de capacitação, profissionalizantes, todos gratuitos e oferecidos ora pela prefeitura, ora por ONGs.

Dentre as mulheres com as quais interagimos, as que se configuravam como beneficiárias do PBF eram as mais jovens do grupo – entre 20 e 32 anos –, todas com filhos e uma com o bebê de colo participando da reunião. O que se pode perceber deste fato é que o PBF paga os chamados “benefícios variáveis” de acordo com a existência de filhos em idade escolar na família. Caso estas mulheres mais velhas, sem filhos ou com filhos acima de 17 anos, possuísem renda per capita acima de R\$154,01¹⁵, elas naturalmente não se configurariam como potenciais beneficiárias do programa.

O que se destaca aqui é que dentre a população atendida pelo CRAS do Maria Luiza, noventa e oito famílias são beneficiárias do PBF, compondo-se de duzentas e doze pessoas. A média de filhos dessas famílias no bairro é de aproximadamente 2, de modo que 36,73% das famílias têm 1 filho; 29,59% têm 2 filhos; 20,40% têm 3 filhos; e 13,26% têm 4 filhos ou mais de acordo com os dados fornecidos pela SMADS.

Conclusão importante que podemos inferir desses relatos é que três dessas mulheres relacionam o pagamento do benefício ao governo, sendo que uma identifica que o benefício vem de Brasília, outra identifica que o dinheiro vem de “nós”, e a outra identifica o benefício com o ex-presidente Lula, e o dinheiro com o pagamento de impostos. Sobre o fato de o cartão estar no nome das mulheres, apenas uma das entrevistadas não pensa ser isto o melhor. Todas dizem gastar o dinheiro com os filhos, com suas roupas, alimentos etc. As condicionalidades, por sua vez, também são vistas como algo positivo: se não for por uma expectativa positiva de um futuro melhor, ao menos o é pelo fato de possibilitar o recebimento do benefício.

Nenhuma delas sente vergonha por receber o programa, algumas até destacam seu orgulho por isto, sendo que três delas não se consideram mais pobres por causa do recebimento do PBF. Mesmo com as dificuldades que dizem viver devido à falta de emprego e do baixo valor monetário do benefício, com o recebimento, não se consideram mais pobres. Apenas uma delas pensa diferente, justamente por necessitar de ajuda para pagar suas contas; pensa ser pobre, afinal é para isso que o benefício serve: ajudar quem precisa; portanto, se precisa, é porque é pobre. Ainda que não haja concordância sobre o fato de o programa ser um “direito” ou uma “ajuda”, mesmo as duas que o identificam como um “direito” seu, utilizam a palavra “ajuda” muitas vezes.

15 Lembramos aqui que estes valores são relativos aos anos de 2016 e 2017 – atualmente, foram reajustados.

Em síntese, buscamos visualizar o espaço de execução do programa “na ponta” – no contato direto dos agentes do Estado com os agentes sociais alvos do programa, e conseguimos apreender algumas percepções dos agentes do Estado – CRAS e Cadastro Único – e das beneficiárias acerca do programa. Assim sendo, o que se objetivou foi desenhar o Bolsa Família a partir das diversas informações, fluxos, pensamentos, ideias e palavras acerca das definições do programa. É nisso que se constituiu o olhar simétrico para o PBF. Não está aqui privilegiada a visão de tal ou qual agente, mas sim uma ampliação e atualização dos agentes envolvidos nesta relação dentro do CRAS do Maria Luiza, pois é disto que se trata o olhar em rede: perceber a agência de tantos quantos forem os atores e *actantes* em um agregado social.

4. Múltiplos atores: simetrizar é democratizar

O que pudemos perceber é que existem diversas formas de agência, atores e *actantes* no seio do Programa Bolsa Família e até mesmo o programa constitui agência enquanto um agregado social – nos termos de Latour (2012). Os prédios dos CRAS, das escolas, dos postos de saúde, da SMADS, são *actantes*, caso contrário não existiriam referências nem ação nas políticas de cada setor – eles possuem agência direta na medida em que influenciam a vida das pessoas que acessam tais serviços, bem como organizam a política pública referenciada em seus bairros/cidades de cobertura. Os computadores dos CRAS, os sistemas informatizados – como o Cadastro Único que vimos –, as reuniões de grupo, os brinquedos, instrumentos musicais, oficinas, funcionários e beneficiárias são atores e *actantes* também no agregado social Bolsa Família – são agentes por exercerem influência na conformação do programa às realidades das populações que visam atender, sendo também dinâmicos e se alterando durante o passar dos anos.

O que se produz com a agência desta política é muito mais que uma “simples” transferência condicionada de renda. Sendo o PBF elemento central dos serviços do CRAS, como vimos, busca-se promover outra noção de cidadania, como visto nas reuniões apresentadas, em que a assistente social buscava discutir temas relacionados à cidadania – e a dificuldade das beneficiárias em perceber qual é a promoção do programa: ajuda, direito, favor. Não falamos de uma noção de cidadania regulada (Santos 1979), vinculada à carteira de trabalho – ainda muito persistente na sociedade brasileira –, mas de uma cidadania vinculada aos direitos sociais mais elementares: o direito a ter direitos. As oficinas e os grupos desenvolvidos no CRAS não seriam precisamente isto? Objetivando o desenvolvimento de atividades variadas, conscientizando as mulheres de seus direitos e trocando experiências e informações, busca-se promover outra forma de cidadania.

Conseguir colocar o portão em sua casa e almejar uma reforma a seu gosto, não seriam sonhos de qualquer cidadão? Este é o ponto: a análise latouriana permitiu uma aproximação às elaborações prático-simbólicas relacionáveis ao que, ali, uns e outros concebem como o valor da vida digna.

Cidadania, nesta perspectiva, está sendo tratada como um direito primário básico, de reconhecimento, inclusão, pertencimento à sociedade política e civil (Sommers 2008 *apud* Rabelo & Silva 2013). Primeiramente, então, trata-se de reconhecer o ser humano enquanto um ser incluído na comunidade política para, em seguida, poder usufruir de outros tipos de direitos: civis, sociais etc. Desse modo, cidadania é inclusão na vida pública (Rabelo & Silva 2013).

Sobre a agência do PBF e do dinheiro por ele transferido, vejamos:

Entende-se que a política social e todo seu aparato correspondente de transferência de renda, prestação de serviços e oferta de bens foi, em grande parte, responsável pela aceleração do crescimento da economia a partir de 2004 e, também responsável em grande medida pelos desdobramentos favoráveis sobre a situação de pobreza e desigualdade de renda. E esta é, provavelmente, uma das características mais marcantes da fase de transição para um novo padrão de acumulação na economia brasileira (Abrahão, Mostafa & Herculano 2011: 6).

Assim sendo, os autores acima afirmam que o investimento social que mais retorna ao PIB no Brasil é a educação. Mas, pelo fato das políticas focalizadas como o PBF terem como público-alvo os mais pobres, a distribuição de renda constitui parte essencial na multiplicação da renda a partir dos investimentos sociais, pois estes grupos tendem a consumir mais produtos nacionais e poupar menos – o que resulta em mais circulação de renda no país e, por sua vez, resulta em mais emprego. Portanto, os autores analisaram que, no período em questão – 2006 –, a cada R\$1 investido, materializava-se um retorno de R\$1,57 ao PIB nacional – em outras palavras, cada 1% do PIB investido fazia retornar 1,57% no PIB. Quanto ao aumento de renda das famílias, a cada R\$1 investido – 1% do PIB – este era efetivamente de R\$1,17 – 1,17% do PIB. De acordo com os autores, os gastos públicos sociais retornam ao PIB em quase o dobro relativamente aos gastos com juros da dívida pública. Como dissemos acima, o investimento em educação é o que mais retorna ao PIB – a cada R\$1 investido, há um retorno de R\$1,85, o que justifica as condicionalidades do PBF. E quanto às transferências diretas de renda, o PBF é o maior multiplicador desta: para cada R\$1 gasto com o programa, o PIB aumenta em R\$1,44, e a renda das famílias,

em 2,25%, enquanto os gastos com juros da dívida pública retornam R\$0,74 ao PIB e aumentam a renda das famílias em 1,34% (Abrahão, Mostafa & Herculano 2011). Então, em síntese, é na ponta do CRAS que o programa se realiza, gerando efeitos macros na economia do país, o que pode ser melhor percebido pela análise latouriana.

Se pensarmos com Amartya Sen (2000), o programa amplia liberdades na medida em que também amplia o desenvolvimento, como atestamos com os dados apresentados. As beneficiárias optam por como gastar seu dinheiro – mesmo que todas as entrevistadas tenham afirmado gastar com seus filhos e com alimentos. E o desprendimento deste dinheiro gera uma maior circulação na economia que acaba por gerar um maior desenvolvimento econômico – e elevação do PIB – no país. Assim, podemos afirmar tratar-se de uma política de redistribuição, uma vez que é transferida à população em situação de pobreza e extrema pobreza que gasta o dinheiro com liberdade de escolha, impactando a economia e podendo ampliar, inclusive, suas oportunidades (de emprego, saúde etc.) e capacidades (para transformar suas ações, seu trabalho, em renda) (Sen 2000) no futuro.

Alguns impactos poderão ser percebidos ainda no futuro. As gerações que cresceram sendo beneficiárias do PBF, enquanto em idade escolar, poderão ter suas posições no mercado de trabalhos afetadas pelo programa, afinal até mesmo as distinções salariais entre as pessoas que têm ensino completo e as que não o têm é grande: cerca de quinze vezes menos é o que recebe alguém com um menor nível de escolaridade (Jardim & Flores 2013). Mas isso poderá ser melhor observado com o passar dos anos e com a persistência ou não do PBF no país.

As famílias conseguem comprar alimentos e garantir o básico de sua sobrevivência (Santos *et al.* 2014); uma de nossas entrevistadas conseguiu colocar portão em sua casa; algumas mulheres possuem crédito para comprar a prazo em mercearias e pequenas lojas locais por conta da certeza de que o dinheiro transferido virá todo mês (Rego & Pinzani 2013); as beneficiárias, em sua maioria, não se percebem mais como pobres a partir do momento em que passam a usufruir do benefício. Assim, atesta-se um avanço na busca pela superação das privações de liberdade ao garantir a inclusão econômica, a inserção no mercado consumidor, o aumento no poder aquisitivo¹⁶, o que, portanto, acaba por aumentar o reconhecimento.

Enquanto uma política de redistribuição de renda, o PBF viabiliza o estabelecimento de diversas relações entre Estado e sociedade que podem ser vistas como um caminho para inserir os excluídos econômica e socialmente, na medida em que ambos estão mutuamente implicados. Não chegando a eliminar de fato as exclusões inerentes à sociedade brasileira e

16 Dados disponíveis em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/12/o-salario-minimo-e-o-poder-decompra-de-fhc-a-dilma-rousseff/>. Acessado em 28/05/15.

suas relações de poder, o PBF se constitui como uma forma de inserção dos desfavorecidos por meio do mercado, mas que implica em um aumento de reconhecimento em certo grau.

Diferentemente do entendimento de Mariano (2009), então, é possível dizer que o fato de o benefício ser gasto com alimentação e bens materiais diversos, como para melhorias da aparência, vestuário, aquisição de produtos eletrônicos etc., acarreta impactos simbólicos extremamente relevantes na medida em que aumenta o reconhecimento social dessas beneficiárias: melhorar sua apresentação, melhorar as condições de sua moradia, alivia a violência da exclusão social, “uma vez que, nas sociedades contemporâneas, o valor social dos indivíduos decorre, em parte, da sua capacidade de acessar o universo de consumo” (Rabelo & Silva 2013: 71):

Assim, a redução da desigualdade e a da privação material podem produzir um alargamento do sentimento de privação relativa e do horizonte de desejo (Santos 2006), levando a que essas populações altamente desvalidas possam passar a almejar mais recursos, direitos e inclusão social. Além disso, o (auto)reconhecimento de sua cidadania (propiciada pelo Programa) é importante para que a beneficiária se constitua como um sujeito mais ativo na busca por seus direitos e espaços de igualdade. Logo, o Programa pode ser um instrumento de cidadanização por contribuir na construção e/ou ampliação da noção do direito a ter direitos, na transformação daquilo que é considerado apenas como uma necessidade do âmbito privado em uma questão social e na criação dos pré-requisitos materiais e simbólicos para que os beneficiários possam vir a demandar uma maior igualdade social. Assim, parte do impacto do PBF, para além dos aspectos estritamente materiais e redistributivos, refere-se ao campo político que está sendo delineado a partir do reconhecimento social de uma grande parcela da população brasileira. (Rabelo & Silva 2013: 84).

De acordo com Mouffe (1996), a exigência é o reconhecimento simultâneo da igualdade e da diferença como possibilidade da radicalização da democracia como expansão do político. Assim, é possível alterar a hegemonia, condição de transformação da democracia pluralista. E é neste sentido que o PBF se encaixa enquanto um redutor de desigualdades e propulsor de reconhecimento: o programa reconhece igualdade e diferença, ao mesmo tempo, sendo universal para populações diferenciadas, desde que sejam pobres; portanto, é uma política igualitária e universalizante. A democracia participativa, posta para além dos limites do consenso da democracia liberal, pode, dessa forma, ser pensada como um processo de ampliação do político, pela qual redistribuição e reconhecimento podem abrir a possibilidade de participação: “Em vez de tentar eliminar

os traços do poder e da exclusão, a política democrática exige que eles sejam trazidos para a praça pública, tornando-os visíveis para que possam entrar no terreno da contestação” (Mouffe 1996: 198).

Ainda mais, a democracia em questão deve levar em conta os não-humanos, os híbridos, deve reatar o nó-górdio: reunir discursos repartidos e saberes diferenciados. É a perspectiva proporcionada pela teoria do ator-rede (Latour 2012) que nos permitirá tal feito. Só a partir dela poderemos perceber as múltiplas agências envolvidas na democracia e pensa-la para além dos *lócus* de participação. Apreender os programas *em ação*, na ponta, como acontecem e quais atores e *actantes* influenciam em sua forma de acontecer e existir, suas mudanças – desde as mais infinitesimais até as maiores – na estruturação da sociedade brasileira, é o caminho para a democracia mais ampliada, que envolva, além das pessoas – e seus votos a cada pleito –, um parlamento das coisas (Latour 2013).

Considerações Finais

Aqui, estabelecemos um recorte epistemológico entre os que classificamos – para efeitos de clareza – como os de “dentro” do Estado e os de “fora” do Estado, e buscamos atualizar a rede de atores que compõem o Bolsa Família. “Dentro” do Estado percebemos o Cadastro Único, o IGD, notando como ambos se influenciam diretamente por estarem atrelados. O bom preenchimento do Cadastro Único pelos agentes, também de “dentro” do Estado, permite aos municípios um melhor repasse de verbas federais para a compra de materiais de uso permanente. Para um bom preenchimento, a busca ativa é necessária, e, portanto, um reconhecimento e conhecimento, um reconhecimento da população dos bairros de cobertura do CRAS é crucial. Os serviços ofertados pelo CRAS discutem temas relacionados à cidadania, que podem em maior ou menor grau influenciar o reconhecimento das beneficiárias. Estas, por sua vez, do lado de “fora” do Estado, frequentam com seus filhos os grupos de apoio e auxílio do CRAS, discutindo diversos temas, mantendo certo “decoro” no desprendimento de seus benefícios: com seus filhos. Entretanto, as beneficiárias não sabem ao certo definir o que é o programa, definindo-o majoritariamente como uma “ajuda”. Além disso, as famílias apresentadas nesta pesquisa são jovens, em sua maioria, e são compostas em sua maioria por 2, 3 e 4 membros.

A rede que buscamos delinear tem, também, seus limites. Poderíamos incluir os setores da escola, os funcionários escolares, assim como os sistemas informatizados de preenchimento de faltas – interseccionado com o PBF –, em nossa etnografia, tanto quanto os setores, sistemas e funcionários da saúde. O ponto chave da noção simetrizante proposta

pela teoria do ator-rede de Latour (2012; 2013) é que novos atores continuam sempre a aparecer na medida em que novas dinâmicas sociais aparecem e transformações sociais – por mínimas que sejam – se concretizam. Assim, a pesquisa pela perspectiva da teoria do ator-rede está sempre se atualizando, bem como atualizando a rede de atores através do seguimento de seus rastros. O que nos cabe, enquanto cientistas sociais, é continuar a descrever intensamente, buscando uma compreensão mais ampla – e simétrica – da realidade dos agregados sociais: atrelando humanos e não-humanos, portanto, o que nos propicia perceber que existem múltiplas relações nos agregados sociais que vão para além das conexões humanas.

Descrever a rede de maneira ainda mais amplamente extensa implica descrever as associações de conveniência, de exclusão, de coexistência, de oposição, sem diferenciar os discursos, os campos (Latour 2016), buscando explicar a natureza e a cultura, unindo ciência e política, o que, por fim, irá nos levar a reatar o nó górdio de uma vez por todas.

Referências

- ABRAHÃO, Jorge; MOSTAFA, Joana; HERCULANO, Pedro. 2011. “Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda”. *Comunicados do IPEA*, 75(03): 3-16.
- ALMEIDA, Frankcione Borges de; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. 2015. “Avaliação do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde, GO: efeitos, entraves e diferenciações”. *Interações* (Campo Grande), 16(2): 277-87.
- AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; MONTEIRO, Vinícius do Prado. 2013. “Avaliação de Impacto das Condicionalidades de Educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009)”. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, 56(3): 531-570.
- CARMO, Ariene Silva do; ALMEIDA, Lorena Magalhães de; OLIVEIRA, Daniela Rodrigues de; SANTOS, Luana Caroline dos. 2016. “Influência do programa Bolsa Família no estado nutricional e frequência alimentar de escolares”. *Jornal de Pediatria*, 92(4): 381-387.
- CAVALCANTI, Daniella Medeiros; COSTA, Edward Martins; SILVA, Jorge Luiz Mariano da. 2013. “Programa bolsa família e o nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006”. *Revista de Economia Contemporânea*, 17(1): 99-128.
- FREIRE, Viviam Rafaela Barbosa Pinheiro et al. 2013. “Atividades acadêmicas na rotina de crianças ribeirinhas participantes do Programa Bolsa Família”. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(2): 159-166.
- JARDIM, Maria Chaves; FLORES, Mariana Seno. 2013. “Programa Bolsa Família: enquadramento cognitivo dos direitos sociais”. In: M. C. Jardim (org.), *Estado e mercado no Brasil contemporâneo: a produção de sentidos, a produção de alianças*. Cultura Acadêmica.

pp. 125-152.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. 2009. "Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 52(1):53-83.

LATOUR, Bruno. 1995. "Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Whitehead num banho de ácido láctico". *Manguinhos*, 2(1):7-26.

_____. 2002. "Gabriel Tarde and the end of the social". In: P. Joyce (ed.), *The Social in Question. New Bearings in History and the Social Sciences*. Londres: Routledge. pp.117-132.

_____. 2006. "Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático)". *Cadernos de Campo*, 14/15:339-352.

_____. 2012. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Bauru, São Paulo: EDUSC.

_____. 2013. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34.

_____. 2014. "Múltiplos e animados modos de existência: uma entrevista com Bruno Latour". *Revista de Antropologia*, 57(1): 499-519.

_____. 2016. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. São Paulo: Editora 34.

LATOUR, Bruno; JENSEN, Pablo; BOULLIER, Dominique; GRAUWIN, Sébastian; VENTURINI, Tommaso. 2015. "O todo é sempre menor que as partes: uma tese digital acerca das mônadas de Gabriel Tarde". *Parágrafos*, 2(3): 7-25.

LICIO, Elaine Cristina; MESQUITA, Camile Sahb; CURRALERO, Claudia Regina Baddini. 2011. "Desafios para a coordenação intergovernamental do Programa Bolsa Família". *Revista de Administração de Empresas*, 51(5):458-470.

MARIANO, Silvana Aparecida. 2009. "Debates feministas sobre direito, justiça e reconhecimento: uma reflexão a partir do modelo teórico de Nancy Fraser". *Mediações*, 14(2):34-51.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO Cássia Maria. "Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família". *Revista Sociedade e Estado*, 28(2):393-417.

MARQUES, Rosa Maria et al. 2009. "Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006". *Revista de Economia Política*, 29(1):114-132.

MELO, Raul da Mota Silveira; DUARTE, Gisléia Benini. 2010. "Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil". *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 48(3):635-656.

MOUFFE, Chantal. 1996. *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva.

MOURA, Paulo Gabriel Martins de. 2007. "Bolsa família: projeto social ou marketing político?". *Revista Katálysis*, 10(1):115-122.

PAIVA, Luis Henrique; BARTHOLLO, Letícia; MOSTAFA, Joana; AGATTE, Juliana Picoli; CORRÊA, Celso Lourenço Moreira; EMURA, Walter Shiguero. 2014. "O Programa Bolsa Família e a luta para superação da extrema pobreza no Brasil". In: M. T. Campello; T. Falcão & P. V. da Costa (orgs), *O Brasil Sem Miséria*. Brasília: MDS. pp. 365-384.

- PASSOS, Luana.; WALTENBERG, Fábio. 2016. "Bolsa Família e assimetrias de gênero: reforço ou mitigação?". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 33(3):517-539.
- PIRES, André. 2012. "Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família". *Cadernos de Pesquisa*, 42(145):130-161.
- RABELO, Maria Mercedes; SILVA, Marcelo Kunrath. 2013. "Redistribuição e reconhecimento de cidadania através do Programa Bolsa Família (PBF)". *Ensaio FEE*, 34(1):57-90.
- REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. 2013 *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, direito e cidadania*. São Paulo: Editora UNESP.
- ROCHA, Sônia. 2013. *Transferências de Renda no Brasil: o fim da pobreza?* Rio de Janeiro: Elsevier.
- SANTOS, Michelle Costa Marques dos et al. 2014. "A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família". *Revista de Administração Pública*, 48(6):1381-1405.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1979. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- SEN, Amartya. 2000. *Desenvolvimento Como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SENNA, Mônica de Castro Maia et al. 2007. "Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?". *Revista Katálysis*, 10(1):86-94.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; TERRON, Sonia Luiza. 2008. "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)". *Opinião Pública*, 14(2):269-301.
- TARDE, Gabriel. 2011. *As leis sociais: um esboço de sociologia*. Niterói: Editora da UFF.
- WOLF, Miriam Regina; BARROS FILHO, Antonio de Azevedo. 2014. "Estado nutricional dos beneficiários do Programa Bolsa Família no Brasil - uma revisão sistemática". *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(5):1331-1338.
- ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. 2006. "Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil". *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, 3(4):144-159.
- ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo. 2015. "Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro". *Caderno CRH*, 28(73):147-164.

Recebido em 06 de agosto de 2019.

Aprovado em 10 de julho de 2020.